



A CAUSALIDADE HISTÓRICA

Luiz Paulo Macedo Carvalho

Quais as forças que se ajustam para condicionar a História? Quais os fatores que impelem o homem a desempenhar o seu papel histórico? Eis aí duas perguntas cujas respostas são elaboradas no decorrer deste ensaio.

CAUSA, CONDIÇÃO E CAUSALIDADE

Ao se folhear um dicionário, em busca do significado do vocábulo *causa*, encontrar-se-á a seguinte informação, no verbete correspondente: *causa*, s.f - aquilo que determina um acontecimento.

Em se tratando de História, contudo, a idéia de causa transcende desse simples enunciado e, por conseguinte, ganha mesmo uma nova dimensão. Ademais, visando ao processo histórico, a transformações e obedecendo a uma técnica, a análise em História não incide nas ocorrências em si, ou seja, nos aconte-

cimentos, mas na interpretação destes, que recebe a denominação de fato. Isto vem a reforçar a tese de que causa em História é alguma coisa a mais do que os vernáculos indicam.

Há, portanto, que se precisar melhor o termo. Assim sendo, para os estudiosos deste ramo das ciências sociais, dada a afinidade das palavras, necessário se faz resaltar que só cabe a qualificação de causa ao *essencial* e *suficiente* que provoca um fato histórico, restando ao exclusivamente indispensável, mas não suficiente, a mera designação de condição.

Conceituado em bases explícitas causa e condição e estabelecida a distinção

entre os dois termos, falta distinguir causalidade que, em suma, traduz-se pela relação amalgamadora do determinante ao efeito.

MONOCAUSALISMO

x

POLICAUSALISMO

Não há dúvida de que o homem faz a História do mundo e, reciprocamente, de que a História faz o mundo do homem. Não se pretende contestar que o homem seja o protagonista ou agente principal da História. Mas, daí a apegar-se à figura humana como pedra angular dos fatos ou a ater-se a um princípio básico científico, segundo o qual se afirma a existência de relações constantes e necessárias entre os fenômenos históricos, seria advogar o determinismo camuflado.

Hoje, está mais do que comprovado que a simples existência de fatores idênticos não gera resultados idênticos, mas dá, apenas, a possibilidade de efeitos análogos.

Com a projeção das experiências do já vivido nas telas do presente e os conseqüentes reflexos nos horizontes incertos do porvir, não se admite negar o livre arbítrio ou a influência da pessoa humana na determinação do fato histórico nem atribuir este a específicas forças internas ou externas.

O estudo analítico da gênese, do crescimento, da maturidade, da decre-

pitude e da morte das várias civilizações que antecederam às atuais ensina, ao contrário do que alguns tentam fazer crer, que a vida e morte das sociedades não foram condicionadas por um único fator, mas resultaram da interdependência de uma multiplicidade de fenômenos-causas.

Embora certos fatores influam sobremaneira na sucessão histórica e criem, até mesmo, a falsa imagem de que a História se repete, a verdade é que a equilibrada tomada de posição entre as correntes determinista e possibilista assegura a vitória do policausalismo sobre o monocausalismo.

Por outro lado, o monocausalismo conduz ao determinismo já superado, que oferece o perigo de buscar analogias onde não existem, redundando na distorção da História.

O QUE FAZ A HISTÓRIA

Mas, que forças afinal são essas que se ajustam para condicionar a História, ou impelem o homem a desempenhar o seu papel histórico?

Inúmeros são os fatores que se apresentam. Buscando uma classificação genérica poder-se-ia subdividi-los em fatores físico-geográficos e humanos.

Agindo o meio físico mais negativa do que positivamente, "a Natureza comumente proíbe, às vezes sugere, mas raramente compele". Por isso, as cha-

madras influências propriamente ditas físico-geográficas talvez fosse preferível batizá-las de relações, conforme preceitua Delgado de Carvalho.

De sua parte, as relações diretas do meio físico-geográfico tendem a se restringir, no que diz respeito ao homem, à Pré-História, pois com os progressos da ciência e da técnica, os seus imperativos perdem, gradualmente, o caráter de necessários. À proporção que a vida se torna mais artificial, o grau de civilização dos agrupamentos humanos se mede pelo coeficiente de independência que possuem em relação às forças naturais que o homem, em vez de temer, passa a controlar.

Por isso mesmo, o ponto-de-vista puramente físico-geográfico perdeu a importância que se lhe atribua, em outros tempos.

Dentre os físico-geográficos, alinham-se a posição absoluta e relativa, o tamanho e a forma, a topografia e a hidrografia, as características químicas do solo e do subsolo, as condições climáticas e a existência e a localização de recursos naturais da região.

Sendo o homem um agente ativo, e não passivo, da Natureza, mesmo quando recebe as imposições do meio, compreende-se que os fatores humanos se apresentem em maior número e revestidos de considerável significação.

Incluídos no rol dos humanos, estão os fatores antropológicos, demográficos, culturais, ético-morais, religiosos, econômicos, político-sociais, militares

e um dos mais poderosos do mundo moderno - o psicológico.

FATORES FÍSICO-GEOGRÁFICOS

Em primeiro lugar, apresenta-se a posição de uma determinada região com respeito aos hemisférios, ao equador e ao meridiano central, aos continentes e às rotas de comunicações. Da localização de um determinado país dependem sua segurança, suas relações com as diversas partes do globo e suas possibilidades de comércio exterior. As limitações e as possibilidades de uma área mediterrânea são bastante diversas das de uma outra marítima ou insular.

Países dotados de ampla extensão territorial podem, normalmente, abrigar um enorme contingente populacional e, conseqüentemente, proteger o seu interior com maior facilidade. Desfrutam também grandes probabilidades de disporem de imensas reservas de recursos naturais. Ao mesmo tempo, um país de dimensões extensas pode enfrentar sérias dificuldades no campo dos transportes, acarretadas pelas distâncias e pela dispersão dos centros industriais e populacionais.

A forma de um país influi significativamente no desenvolvimento do poder nacional. Um país estreito e comprido leva desvantagem na distribuição

interna de matérias-primas e produtos industriais, na unificação de seus habitantes e da sua estrutura governamental e se torna vulnerável a agressões externas. Tal desvantagem avulta quando o país é bisseccionado longitudinalmente por uma cadeia de montanhas, como o Chile, ou onde se mostra dividido em duas partes, como é o caso do antigo Paquistão.

A configuração da superfície de uma área ou de sua topografia constitui também um fator de ponderável valor. As montanhas e um relevo acidentado reduzem a cultivabilidade de terras aráveis e interferem na distribuição das águas pluviais. Estabelecem barreiras ou obstáculos às comunicações. Embora possam oferecer um sistema defensivo natural contra incursões alienígenas, da mesma maneira reduzem qualquer apoio externo em situações de emergência.

A existência de rios atuando como mananciais de água, fontes de energia hidrelétrica ou vias de transporte pode influir no desenvolvimento econômico de uma região.

Nos Estados Unidos, por exemplo, como se não bastassem os dois oceanos laterais, o Atlântico e o Pacífico, uma fabulosa rede hidrográfica liderada pelo prodigioso Mississippi — verdadeiro rio de unidade nacional, no dizer de Vianna Moog — permite ir-se através dos rios, lagos e canais aos pontos mais extremos do país: de Nova Iorque à fronteira com o Canadá; de Saint Paul, Minnesota, a Nova Orleans, no Golfo do México.

No Brasil, a pobreza da rede hidrográfica, a quase inexistência de lagos, rios encachoeirados submetidos às incertezas dos regimes de cheias e vazantes constituem mais embaraços do que instrumentos de progresso. O próprio Amazonas, considerado o maior curso de água natural do mundo em volume, nada vale comparado ao velho Nilo ou ao progressista Mississippi.

As características químicas e físicas do solo e do subsolo determinam até onde pode uma região ser auto-suficiente, tanto na produção agrícola como industrial. E, nos dias de hoje, o país que não puder alimentar a si próprio estará em posição desvantajosa na competição internacional pelo poder.

O clima, além de exercer enorme influência no desenvolvimento econômico de uma região, está intimamente ligado ao vigor físico e ao bem-estar da população local. Dizem que não é acidental localizarem-se as grandes potências mundiais nas zonas temperadas e de latitudes médias, onde o clima se apresenta moderado. Afirmam alguns historiadores que o homem parece sentir-se melhor, tanto física como mentalmente, ao longo das isotérmicas de 68° e 70°, com a umidade relativa oscilando entre 40 e 70 por cento. Nesta faixa de temperatura e umidade, tudo indica que o homem trabalha mais e com maior eficiência. As condições climáticas atingem também diretamente parte do produto nacional bruto despendida com vestuários, abrigos e alimentos.

Sobre e sob a superfície da terra acham-se as matérias-primas que alimentam a moderna indústria. O grau de auto-suficiência de uma nação no suprimento de produtos agrícolas e minerais ganha especial significância, em particular nos tempos de conflitos armados, quando as linhas de comunicações podem ser total ou parcialmente interceptadas. A pura e simples existência de recursos naturais não é suficiente para que uma área assuma posição de destaque no quadro mundial. De suma importância, no caso, é a localização relativa a outras reservas naturais e aos centros produtores e consumidores. A enorme distância entre a quase totalidade das jazidas de minério de ferro e as minas de carvão na Rússia muito entravaram o desenvolvimento daquele país no passado. Os Estados Unidos, por outro lado, foram particularmente afortunados por terem depósitos de minérios e minas de carvão próximos e dentro de uma rede de rios navegáveis e do sistema dos Grandes Lagos, que permitem um escoamento fácil e barato para os centros industriais e populacionais situados ao longo dessas aquavias.

FATORES HUMANOS

Já vão longe os dias em que a teoria vigente era a da desigualdade das raças,

em inteligência, valor, capacidade criadora e de absorver cultura independentemente das condições físico-geográficas, dos antecedentes sociais e do período histórico. A superioridade congênita do dolicocefalo louro de olhos azuis sobre o resto da humanidade é coisa do passado.

As experiências levadas a efeito, há algumas décadas, por Ford, na Amazônia brasileira e por alemães, na Amazônia peruana, invalidam completamente as doutrinas de Chamberlain e Gobineau, revigoradas pelo nacional-socialismo de Hitler.

A História moderna não aceita, sem levar em conta a herança social e os fatores geofísicos, o mito das virtudes hereditárias de certas raças.

O esdrúxulo racismo norte-americano, consubstanciado na doutrina de iguais mas separados, perdeu a acústica de outrora.

A tão combatida miscigenação racial, apontada como causa geral do atraso da América Latina, tem provado que não degrada tanto os indivíduos que dela participam, nem o produto.

Um dos mais expressivos determinantes da qualificação de uma nação como potência é o caráter de seu povo. Qualquer análise com o propósito de determinar a contribuição de um potencial humano à História deve compreender três considerações: características demográficas, aptidões e atitudes por herança cultural e grau de efetiva devoção aos interesses nacionais.

Um grande efetivo populacional constitui, sem dúvida, um dos requisitos básicos para o fortalecimento do poder nacional; mas números sozinhos não são o bastante. Se apenas um grande efetivo populacional fosse o suficiente para uma nação tornar-se potência, a China seria a mais poderosa do mundo, seguida pela Índia. E a antiga União Soviética teria ocupado o terceiro lugar. Embora o número de habitantes de uma região seja de capital importância para se aquilatar o seu potencial humano, não menos significativas são as condições de ordem qualitativa, tais como nível educacional, condições sanitárias, dotes culturais, habilidades e caráter nacional. Somente a integração de todas essas coisas darão um perfil dos recursos humanos em foco.

Muitas vezes, pensa-se que uma nação dotada de uma população jovem, aquela que dispõe de uma grande percentagem de pessoas de idades baixas, é viril, forte e se encontra em uma situação vantajosa. Isso nem sempre retrata a verdade. Frequentemente, tal se verifica entre os povos de hígidez precária cujas altas taxas de mortalidade colocam sérias limitações à sua produtividade. Da mesma forma, associa-se comumente a idéia de desenvolvimento da um efetivo populacional em ascendência, enquanto, reciprocamente, relaciona-se a de uma população em decréscimo a um retrocesso. Isso, também, pode não ser válido. Um incremento populacional, a

menos que tenha as necessárias qualificações e os adequados meios de subsistência, ocasiona transtornos a uma economia em vez de a fortalecer.

A distribuição ocupacional de uma população serve de indicativo para o poder nacional. Uma elevada percentagem de gente fixada à terra pela imposição de fornecer alimentos ao restante de uma população limita o volume da força de trabalho industrial e da reserva disponível para atender as crescentes demandas numa emergência nacional ou internacional. Os povos por natureza móveis, acostumados a mudar fácil e rapidamente de uma localidade para outra, gozam do privilégio de trocar de atividades sem embaraços. Já nas áreas de povoamento estático, em que durante anos não se processam sequer migrações internas, a força de trabalho se restringe apenas a determinadas atividades, o que leva à estagnação. Os nômades, dado que estão habituados a enfrentar mudanças de diversas ordens, acham-se melhor equipados para as essenciais transformações acarretadas pelo desenvolvimento industrial.

O fato de um povo fruir de um elevado padrão de vida pode tanto favorecer como prejudicar o fortalecimento do poder nacional. Exercerá uma influência positiva, no caso de haver um considerável *superávit* na economia. Em uma nação de elevado padrão de vida, a fonte de mão-de-obra, onde a força de trabalho normal se abastece para expandir-se, é geralmente maior. Uma reduzida

percentagem dos membros das famílias trabalha em tempos de paz. Além disso, um povo beneficiado por alto padrão de vida comumente está melhor capacitado a educar os jovens e, conseqüentemente, a ampliar a força de trabalho da nação. Por outro lado, pairam dúvidas se um povo acostumado a um elevado padrão de vida restringir-se-á ao mínimo indispensável para a sobrevivência e ainda despenderá o esforço necessário à segurança da nação, em situações de emergência.

Os efeitos dos diversos tipos de incentivos e o modo como os povos reagirão sob certas pressões e motivações variam muito, no espaço e no tempo. A psicologia, a estrutura social de um povo e as condições do momento condicionam-no a agir diversificadamente, em circunstâncias análogas. Costumes e tradições exercem incomensuráveis resultados sobre os homens. Por exemplo, ao início da Segunda Guerra Mundial, julgava-se impraticável lançar a mulher europeia em muitas linhas de produção, devido ao tradicional pensamento de que seu lugar era em casa e não na rua. Tais restrições diminuíram a mão-de-obra disponível para fins industriais, embora, nessa mesma região, se aceitasse a mulher na lavoura para aumentar a produção agrícola.

Apenas por intermédio de um estudo completo dos costumes, da religião, das ideologias e do meio, precisar-se-ão os reflexos dos fatores psicológicos e sociais na História.

Há, entretanto, os intangíveis e incomensuráveis que se revelam, somente, em determinadas situações e condições. Constituem, sem dúvida, um importante fator de análise. Por exemplo, não se pode jamais fixar até onde irá o patriotismo de um povo, no apoio aos objetivos e ações de um governo. Naturalmente, uma nação desprovida de um acendrado sentimento patriótico, daquela força mística que impele os cidadãos a se unirem para a consecução dos ideais nacionais com sacrifícios pessoais, não permite a um governo, por mais bem intencionado e vigoroso que seja, desenvolver grandes projetos que requeiram contribuições altruísticas de uma parte razoável do povo.

No mundo de hoje, talvez o que mais assegura a união de um povo de cultura similar, ocupando uma área comum, em uma comunidade — a nação, é a força psicológica. Reside aí aquela seiva que empresta vigor para resistir a uma potência estrangeira quando tenta impor o seu controle ideológico, político, militar ou econômico a outrem; rejeitar propostas ou tentativas de organizações internacionais que ofendam a soberania do Estado; criar alento e lutar pela conquista dos objetivos nacionais permanentes.

Não sendo o homem e suas criações subprodutos geofísicos e pertencendo à História as paixões, os orgulhos, os conflitos, as ambições e a moralidade, não se pode querer interpretá-la abstraíndo as influências dos fatores ético-

morais nos fenômenos sociais, mesmo porque o ético-moral que regula o comportamento do homem em sociedade difere de lugar para lugar e de época para época. Por exemplo, a poligamia, em tempos idos e hoje, praticada entre certas tribos da África e da Ásia, causa espanto aos povos ditos civilizados. Entretanto, houve ocasiões em que tais sociedades poligâmicas foram tidas como adiantadas. O homossexualismo, atualmente condenado pela moral vigente, foi amplamente praticado em Esparta, no apogeu daquela histórica cidade-Estado da Grécia. Em pleno século XX, os esquimós continuam escandalizando outros povos com o tradicional costume de oferecer a esposa aos seus hóspedes. Tivessem os portugueses se deslocado para o Brasil, desde o princípio, com suas famílias, apesar da ausência de preconceitos raciais oriundos de uma ocupação moura secular, e se dispostos a aqui se fixarem, como ocorreu com os colonos ingleses do *Mayflower*, na América Norte, provavelmente a miscigenação não se operasse em tão larga escala. Os açorianos que imigraram para o Rio Grande do Sul e o português do Norte, que não sentiu os efeitos da saturação moral inconsciente provocada pelos costumes sarracenos da pátria da poligamia e da visualização da escrava como instrumento de prazer, resistiram ao cruzamento com índias e negras, mostrando um comportamento discri-

minatório semelhante ao do anglo-saxão nas colônias.

Ao lado dos fatores ético-morais, enquadram-se os religiosos. “Nas colônias do Novo Mundo, os padres seculares viviam amancebados com mestiças, sob a égide de que abaixo da linha do Equador não havia pecado - *ultra equinocialem non peccavit?*” Na Idade Média, tudo estava subordinado à ética religiosa e, como tudo era feito para maior glória de Deus, não se admitia cultivar valores materiais. Todas as ciências e artes se condicionavam à palavra da Igreja. A verdade, na época, só encontrava fundamentos nas revelações divinas e não nos argumentos da razão como sói acontecer agora. A propriedade, o dinheiro, a acumulação de riquezas, o comércio, a indústria, o empréstimo, o juro e o *turpe lucrum* passaram a ser admitidos só depois da reforma calvinista. A usura ou cobrança de juros era pecado, conforme S. Tomás de Aquino. Protestantismo e racismo fazem sentido para alguns, enquanto outros defendem que catolicismo subentende nacionalismo. Para Santo Agostinho, as riquezas foram feitas para o homem e não o homem para riquezas. Na encíclica *Populorum Progressio*, o Papa Paulo VI afirmava que a doutrina social da Igreja se alicerçava nos ensinamentos dos antigos Padres e dos grandes teólogos bíblicos, citando textualmente Santo Ambrósio: “A terra foi dada a todos e não apenas aos ricos”. Trechos há em que lembra as palavras

de São João Crisóstomo e de São Jerônimo, respectivamente: "tu possuíste o resultado do roubo, se não és tu mesmo o ladrão"; "todas as riquezas têm sua origem na injustiça. Se alguém não tivesse perdido, o outro não poderia adquirir... todo homem rico é ladrão ou filho de ladrão". Já aos olhos do puritano, as supremas virtudes são a poupança, o trabalho, a utilização do tempo e a acumulação de riquezas. Foram os judeus expulsos dos países católicos que, aliados aos calvinistas, estabeleceram a lei da oferta e da procura, da livre concorrência, criaram a letra de câmbio e os títulos ao portador, institucionalizaram os juros e organizaram as companhias por ações. O célebre historiador moderno Toynbee, em sua não menos famosa obra *A Study of History*, assegura mesmo que História é teologia.

Há ainda quem diga também serem civilizações promovidas pelos grandes homens, gênios, líderes e heróis, porque as massas desprovidas de personalidade criadora na melhor das hipóteses, limitam-se a uma imitação superficial e mecânica (mimese) — "uma das menos elevadas faculdades da natureza humana". E, como exemplo, citam os nomes de Moisés e Maomé, Cristo e Buda, Zoroastro e São Benedito, Alexandre e Júlio César, Maquiavel e Pedro, o Grande, Napoleão e Kant, Washington e Cromwell, Lenine e Gandhi, Kaiser e Hitler, Churchill e De Gaulle etc. O aparecimento dos heróis na História, todavia, parece resultar mais dos constantes desafios levados

aos diversos povos, ao longo dos anos, e cuja solução reclama um esforço anormal, sem precedentes, dos homens.

O fator econômico, segundo os marxistas, rege a História. De acordo com esta teoria, as metamorfoses políticas, sociais, religiosas, filosóficas, institucionais, culturais, individuais e coletivas derivam do sistema de produção da época. Pregava Karl Max que "a História se processa exclusivamente em torno dos fatores econômicos e da luta de classes". Mas, como o homem nada cria, nem destrói, só produz, a economia política clássica atribui à produção uma tríplice origem: a natureza, o trabalho e o capital (modernamente acrescida de uma quarta — capacidade empresarial).

Na verdade, a capacidade econômica de um agregado é medida pela habilidade organizacional de seus membros para empregar os recursos disponíveis, eficientemente. Tal eficiência representa, em grande parte, a capacidade empresarial de combinar trabalho, capital e natureza, da maneira mais econômica. Isso implica, em um certo grau, na habilidade de conservar os recursos materiais e humanos através de constantes inovações tecnológicas.

Não há um único índice capaz de mensurar apuradamente o potencial econômico. Existem bons indicadores de progresso industrial, tais como valor da produção de energia ou de aço de um país, se pudesse ser medida com precisão. As estatísticas sobre transportes e comunicações fornecem outros índices que podem oferecer uma imagem do

desenvolvimento alcançado em uma região, se comparada a outra tomada como padrão. Em que pese os métodos imprecisos de cálculo e de conservação numa unidade universal de valor, o "produto nacional bruto" e a renda *per capita* ainda são úteis ferramentas para se avaliar uma economia.

Apesar de as nações se apresentarem politicamente independentes, dentro da política moderna, raramente agem com independência absoluta. E, por sua vez, os fatores políticos se interpenetram, desde os primórdios das antigas civilizações, com os econômicos, psicossociais e militares. Dessa forma, não há como afirmar que este ou esse fato histórico se deva exclusivamente a uma origem eminentemente política.

Os militaristas argumentam que a História não se faz sem armas e guerras. Procurando defender suas tendências belicosas, aproveitam-se da dialética hegeliana e enfatizam que a humanidade, paradoxalmente, perpetua-se e progride somente por intermédio de conflitos armados.

HISTÓRIA E VIDA

Tentando, finalmente, inferir-se o que constrói a História, depreende-se que,

contrariando as inúmeras teorias divulgadas e discutidas no passado, esta ciência social não se fundamenta exclusivamente no comportamento de uma raça lutando por sua pureza, nem na geografia como insinuava Ratzel, muito menos no progresso indefinido de Spencer ou na lei dos três estados do positivismo de Comte, na religião ou nos heróis, na simples estrutura do fator econômico, como juram os adeptos de Marx, ou na espada do soldado.

A História foi cognominada a "mestra da vida" porque é a própria vida. E onde há vida domina o imprevisível e o incontrolável, que não permitem unilateridade de causas, mas concausas, passado, presente e futuro. Eis porque os antigos, sempre que desejavam explicar os antecedentes dos fatos, remontavam ao fundo dos tempos, dizendo: "no princípio, era o Verbo..."

As origens e os motivos de quaisquer acontecimentos sociais não se podem restringir a causas exclusivas ou predominantes. Quando muito, aceita-se para fins didáticos o estabelecimento de causas mediatas e imediatas.

Até o presente, desconhece-se a ciência da exata hierarquização dos fatores-causas.

No dizer de Troeltsch, "a casualidade ignora hierarquia".



Cel Art. e EM LUIZ PAULO MACEDO CARVALHO, p.s.c., é pós-graduado pelo "Staff College", Camberley, Reino Unido, e preside o Instituto de Geografia e História Militar do Brasil; foi membro do Instituto Internacional de Estudos Estratégicos, de Londres, e do corpo permanente da Escola Superior de Guerra. Atualmente dirige a Biblioteca do Exército.